

**Processo:** nº 11.160/2013 (b)

**Origem:** Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal

**Assunto:** Auditoria de Regularidade

**Ementa:** Resultado de Auditoria de Regularidade. Verificação de observância do previsto na Decisão nº 77/2007-ADM. Concessão de Abono Permanência. Conversão em pecúnia de licença-prêmio. Acumulação de cargos. Indenização de atividades externas. Cumprimento de outras decisões plenárias. Verificação da regularidade dos pagamentos de parcelas remuneratórias de servidores inativos e pensionistas da Secretaria de Estado de Obras do DF.

. Secretaria de Fiscalização de Pessoal manifestou-se pelo conhecimento do resultado da auditoria e dos documentos de fls. 01/328, por determinação às Secretarias de Estado de Obras e de Administração Pública, alerta ao Chefe do Poder Executivo, conhecimento da decisão à Agência de Fiscalização do DF (AGEFIS), entre outras sugestões que ofertou (fls. 330/378).

. Parecer divergente do Ministério Público de Contas que opina pela adoção da providência prevista no art. 41, § 2º, da Lei Complementar nº 1/94.

. Pelo acolhimento do parecer ministerial. Prévia comunicação do resultado da auditoria às autoridades competentes, para que providenciem as competentes medidas saneadoras. Conversão em diligência.

## **RELATÓRIO**

Cuidam os autos de auditoria de regularidade realizada na Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal, objetivando:

- a) examinar os pagamentos efetuados aos servidores inativos e pensionistas, na forma do item I da Decisão nº 77/2007-ADM, proferida no Processo nº 24.185/2007;*
- b) verificar as providências adotadas em razão de concessões de aposentadoria julgadas legais com correção posterior e as ilegais, bem como as decorrentes das demais decisões prolatadas por esta Corte em processos de concessões de aposentadorias e pensões e melhorias posteriores.*

Em decorrência das Questões e Achados de Auditoria nele evidenciadas, no extenso relatório de fls. 329/378 a **Secretaria de Fiscalização de Pessoal** formulou as seguintes análise e proposições:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

e-DOC 7D8E5171  
Proc 11160/2013

Fls.: 385  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

**"2.1 Questão de auditoria 1**

A SO tem cumprido as determinações do e. Plenário nos casos das concessões julgadas "legais com recomendação posterior" e nos casos das concessões julgadas "ilegais"?

**2.1.1 Achados de Auditoria**

Não cumprimento de alguns itens constantes das Decisões proferidas pela Corte, com adoção de providências posteriores em virtude dos trabalhos de auditoria.

**2.1.1.1 Análises e Evidências**

(...)

14. A seguir, relacionaremos os processos integrantes da auditoria, conjugado com as providências adotadas pela jurisdicionada.

Quadro I - Correções posteriores - NA's 001 e 002 - 11.160/2013-TCDF					
Nº	Processo TCDF	Processo GDF	Decisão TCDF	Interessado	Ocorrência
1	7544/96	30005990/1990	1215/12	Antonio Willian Ramalho (Obs: análise de pensão no item 7 abaixo)	Correções efetuadas.
2	5448/93	30004955/1993	5959/11	Armelinda Florinda de Oliveira Instituidor: José Pereira de Oliveira	Providências adotadas.
3	3254/94	030017848/1992	4617/12	Gervásio Cardoso de Oliveira Filho	Não transitou em julgado, conforme pesquisa realizada no site do STF.
4	25245/09	410006256/2007	2282/11	Gizelda de Almeida Braga	Cumprimento parcial da diligência. Cabe reiteração do item "II.b" da Decisão nº 2282/11, acerca de parcela incorporada, em face do entendimento disposto no item II da Decisão nº 5.417/12.
5	1217/98	30.009591/1997	3004/2012	José Chaves Filho Instituidor: Olíbia de Oliveira Silva Chaves	Correção efetuada.
6	24599/11	110000328/2009	3869/12	Maria da Penha Ferraz Instituidor: Antônio Jordelino de Souza Ferraz	Reajuste realizado conforme Decisão 719/12.
7	2228/99	30006274/1998	1218/12	Myuki Kawakame	Pagamento correto. Atendida a

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHAFls.: 386  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

					determinação.
8	2171/07	30002743/2005	4399/12	Regina Célia Cotta Orlandi Instituidor: Geraldo Roberto Orlandi	Título de Pensão ajustado corretamente. Reajuste realizado conforme Decisão 719/12.

(...)

**2.1.1.3 Proposições****27. Sugere-se ao e. Tribunal:**

*I. ter por cumpridas as decisões com recomendação posterior constantes do Quadro I, à exceção de Gervásio Cardoso de Oliveira Filho e Gizelda de Almeida Braga;*

*II. em relação à pensão instituída por José Pereira de Oliveira (Processo nº 5.448/93), cientificar a jurisdicionada que o ressarcimento integral dos valores devidos será objeto de verificação em futura auditoria;*

*III. em relação à aposentadoria de Gervásio Cardoso de Oliveira Filho (Processo nº 3.254/94), manter o acompanhamento disposto no item III da Decisão nº 4617/12, o que será objeto de verificação em futura auditoria;*

*IV. em relação à aposentadoria de Gizelda de Almeida Braga (Processo nº 25.245/09):*

*a) ter por cumprido o item "II.a" da Decisão nº 2.282/2011;*

*b) determinar à Secretaria de Estado de Obras que, no prazo de 60 (sessenta) dias, em face do entendimento disposto no item II da Decisão nº 5.417/12, dê cumprimento à medida contida no item "II.b" da Decisão nº 2.282/2011 no sentido de comprovar a regularidade do pagamento da "Vantagem Pessoal - AD - Lei nº 8.270/1991, art. 12, §5º)", inclusive com a demonstração do cálculo do valor lançado no abono provisório, ou excluí-la do Abono Provisório e do pagamento dos proventos, assegurando à interessada o contraditório e a ampla defesa, cujo cumprimento será objeto de verificação em auditoria.*

**2.2 Questão de auditoria 02**

*Os aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões, apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007 (Processo nº 24.185/07), encontram-se regulares?*



### 2.2.1 Achados de Auditoria

Os aspectos financeiros das concessões apreciadas pelo Tribunal, à luz da Decisão nº 77/2007, correspondem, em sua maioria, às disposições legais que regem a estrutura remuneratória das Carreiras de Políticas Públicas e Gestão Governamental, Auditoria de Atividades Urbanas e Planejamento e Gestão Urbana.

#### 2.2.1.1 Análises e Evidências

28. A auditoragem dos processos e registros funcionais das concessões apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007 (Processo nº 24.185/07) consistiu em analisar a regularidade dos aspectos financeiros iniciais constantes dos abonos provisórios e/ou títulos de pensão, cotejando se as rubricas e os valores lá fixados guardavam consonância com a carreira, cargo, classificação funcional, modalidade de aposentadoria ou pensão e estrutura remuneratória vigente quando da concessão.

29. Em resposta à NA nº 001 - 11160/2013 (fls. 15 e 16) a jurisdicionada disponibilizou os processos relacionados.

30. Do exame desses processos, foi possível aferir a exatidão dos registros, verificando-se a regularidade dos cálculos lançados nos abonos provisórios/títulos de pensão, bem como nos pagamentos atuais obtidos junto ao SIGRH, nos seguintes casos:

Quadro II - Decisão nº 77/2007 - NA 001 - 11.160/2013-TCDF					
Nº	Processo TCDF	Processo GDF	Decisão TCDF	Interessado	Ocorrência
2	6015/06	30005203/2004	5612/10	Aroenes Jacinto Pinheiro Instituidor: José Rubens Pinheiro	Pagamento correto. Falecida em 30.10.2010, fls 58/62.
5	1106/98	30006834/1997	4267/12	Hermano Gomes Montenegro	Pagamento correto, fls. 63/65.
6	376/04	30002139/2001	5978/11	Yeda Mori Souza Lima Instituidor: Dílzio do Carmo Lima	Pagamento correto, fls. 66 e 67.
7	62/06	30005114/2004	4012/10	Iraci Justino Soares Instituidor: Manoel Justino Neto	Pagamento correto, fls. 68/73.
8	19315/11	110000366/2008	2522/12	Laurice Gomes da Silva Instituidor: Bida Pereira da Silva	Pagamento correto, atualização pelo índice do INSS, fls. 74/78.
9	43075/05	30002329/2004	3785/11	Maria Carvalho da Silva Sousa	Pagamento correto, atualização pelo



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

Fls.: 388  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

				Instituidor: Sebastião de Sousa Filho	índice do INSS, fls. 79/83.
11	4210/12	110000588/2009	3697/12	Maria Lopes da Silva Instituidor: João Nunes da Silva	Pagamento correto, atualização pelo índice do INSS. Falecida em 05/2011, fls. 84/87.
12	2228/99	30006274/1998	1218/12	Myuki Kawakame Instituidor: Antônio Willian Ramalho	Pagamento correto, fls. 49 e 50.
13	1843/11	410001232/2009	4408/12	Newton Luiz de Oliveira	Pagamento correto, fl. 89.
14	867/02	30002277/2001	2377/12	Orminda Cândida dos Santos Instituidor: Salvador Vieira dos Santos	Pagamento correto, fl. 91.
16	24631/05	30000595/2004	219/11	Rosalina Alves de Oliveira Instituidor: José Santana de Oliveira	Pagamento correto, fls. 92/94.
17	36576/10	110000289/2008	5833/12	Terezinha Souza Mota Instituidor: Dilson Queiroz Mota	Pagamento correto, atualização pelo índice do INSS, fls. 95/100.

31 .Em outra parte da amostra, algumas impropriedades foram detectadas, tais como falhas constantes dos abonos provisórios/títulos de pensão e/ou nos pagamentos atuais de servidores/beneficiários resultantes de falhas de interpretação de norma, situações em que a jurisdicionada promoveu os ajustes no curso da auditoria ou deu início às correções, as quais serão objeto de proposições finais para o definitivo saneamento das falhas detectadas. Tais situações se encontram representadas no Quadro III:

QUADRO III - DECISÃO 77/2007 - NA 001 11.160/2013-TCDF				
Processo TCDF	Processo GDF	Interessado	Última Decisão	Ocorrências
1360/89	30002004/1988	Ana Maria Pereira Sobral	3596/10	Pagamento correto, fls. 101/108.
24599/11	110000328/2009	Maria da Penha Ferraz Instituidor: Antônio Jordelino de Souza Ferraz	3869/12	Parcelas do Título de pensão estão corretas. Durante os trabalhos de campo foi realizado o reajuste do benefício em conformidade com a Decisão 719/12, fls. 44/47.
2171/07	30002743/2005	Regina Célia Cotta Orlandi Instituidor: Geraldo Roberto Orlandi	4399/12	Parcelas do Título de Pensão estão corretas. Reajuste do benefício em conformidade com a Decisão 719/12. O valor da parcela "Opção Sec Adjunto" foi regularizado aos termos da Lei nº 3.351/04, fls. 53/57.

32. No Processo nº 1.360/1989, de interesse de Ana



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

e-DOC 7D8E5171  
Proc 11160/2013

Fls.: 389  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

Maria Pereira Sobral, matrícula nº 9158-8, as parcelas "Opção 55%" e "Repres. Mensal" do DFG-05 estão calculadas proporcionalmente a 26/30 e a incorporação dos décimos apresenta a seguinte composição: 4/10 da R.M. do DF-05 e 6/10 da R.M. do DF-04, fl. 105. Em consulta aos valores pagos no Sigrh, não vislumbramos impropriedades. Porém, merece ressaltar que o reajuste da parcela de décimos (VPNI da Lei nº 4.584/11) vem sofrendo questionamento judicial, matéria objeto de melhor abordagem adiante nos parágrafos nºs 35 a 39.

33. Quanto ao Processo nº 24.599/11, da pensionista Maria da Penha Ferraz, matrícula nº 178770-5, verificou-se a regularidade das parcelas do Título de Pensão e o reajuste do benefício pensional em conformidade com o deliberado na Decisão 719/12, fls. 44/47.

34. Quanto ao Processo nº 2.171/07, pensão instituída por Geraldo Roberto Orlandi, em atendimento ao item I da Decisão nº 4399/12, no exame da regularidade das parcelas constantes do Título de Pensão, que compuseram a base de cálculo do benefício a ser pago, destacou-se a parcela "Opção Sec. Adjunto", pois não correspondia ao estipulado pela Lei nº 3.351/04. No referido título, constava o valor de R\$ 452,87, quando o correto, de acordo com a supracitada lei, deveria ser de R\$ 1.613,82. Ciente da falha, a jurisdicionada adotou providências no sentido de elaborar novo Título de Pensão (fl. 53), desta vez, com o valor correto, conforme legislação vigente. Posteriormente, o órgão providenciou o reajustamento da pensão nos moldes da Decisão nº 719/12, fls. 54/57. Portanto, pode-se considerar cumprido o item I da aludida decisão. No que tange ao reajustamento da vantagem pessoal, tecemos considerações a seguir.

35. Em relação às parcelas de décimos incorporados, destaca-se sua transformação em VPNI, nos termos do artigo 5º da Lei nº 4.584/2011, verbis:

*"Art. 5º Fica transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI a parcela de que trata o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 1.864, de 19 de janeiro de 1998.*

*Parágrafo único. À vantagem pessoal de que trata este artigo aplica-se, exclusivamente, o mesmo índice de reajuste do nível de DF, CNE ou outro símbolo de correspondência remuneratória de que ela se originou."*

36. Do exame nos pagamentos atuais dos servidores elencados nas NA's nos 01 e 02, verificou-se a



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

e-DOC 7D8E5171  
Proc 11160/2013

Fls.: 390  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

percepção da aludida VPNI nos seguintes casos:

QUADRO IV - VPNI Lei nº 4584/2011 - NA's 001 e 002 - 11.160/2013-TCDF			
Processo TCDF	Processo GDF	Interessado	Matrícula
1.106/1998	30.006.834/1997	Hermano Gomes Montenegro	0001919-4
1.217/1998	30.009.591/1997	José Chaves Filho	0009096-7
1.360/1989	30.002.004/1988	Ana Maria Pereira Sobral	0009158-8
2.171/2007	30.002.743/2005	Regina Célia Cotta Orlandi	0141057-1

37. A vantagem foi atualizada em 10% pela Lei nº 2.933/2002, posteriormente em 1% pela Lei nº 3.172/2003 e, por fim, de acordo com os índices definidos na Circular nº 04/2011 da SEAP, que regulamentou a aplicação dos reajustes desta VPNI.

38. Ocorre que a redação do parágrafo único do artigo 5º, que prevê a vinculação automática dos reajustes concedidos aos cargos comissionados às parcelas pagas a título de VPNI foi questionada judicialmente, sob o argumento de inconstitucionalidade, por vício formal, uma vez tratar-se de dispositivo alterado por emenda parlamentar, com aumento de despesa não prevista em projeto de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. A ADI 2012.00.2.023636-5, ajuizada pelo Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios no TJDF, foi autuada em 10.10.2012 e o parágrafo único do artigo 5º declarado inconstitucional pelo Conselho Especial em 26.02.2013 (DJ de 07.03.2013), como se vê:

"AÇÃO DIRETA DE CONSTITUCIONALIDADE. ADMINISTRATIVO. LEI N. 4.584/2011. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. VPNI PAGA AOS OCUPANTES DE CARGOS COMISSIONADOS. EMENDA PARLAMENTAR. AUMENTO DE DESPESA. VINCULAÇÃO OU EQUIPARAÇÃO DE ESPÉCIES REMUNERATÓRIAS. INCONSTITUCIONALIDADE. MODULAÇÃO DE EFEITOS DA DECISÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. PEDIDO JULGADO PROCEDENTE.

1.Gera inconstitucionalidade formal a emenda parlamentar a projeto de lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo que importa aumento de despesa não previsto.

2.A vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias ou para efeito de remuneração de pessoal do serviço público é vedada pelo art. 19, inciso XII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e art. 37, inciso XIII, da Constituição Federal.

3.Tendo em conta a natureza alimentar do reajuste instituído e a presunção de boa-fé daqueles que o perceberam, há que se empregar efeitos "ex nunc" à





*declaração de inconstitucionalidade.*

*4. Servidor público não possui direito adquirido a preservar fórmula de reajuste, pois não existe direito adquirido a regime jurídico.*

*5. Pedido julgado procedente para declarar a inconstitucionalidade do artigo 5º, parágrafo único, da Lei distrital n. 4.584/2011, todavia, nesta parte, permanecerá o efeito "ex tunc", haja vista o não alcance do "quorum", conforme art. 27 da Lei n. 9.868/99. (Acórdão n. 659169, 20120020236365ADI, Relator SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS, Conselho Especial, julgado em 26/02/2013, DJ 07/03/2013 p. 234)"*

*39. Pende de julgamento, ainda, recurso extraordinário interposto pelo Distrito Federal em face do referido acórdão. Assim, a jurisdicionada, após o trânsito em julgado da ADI 2012.00.2.023636-5, deverá adotar as providências cabíveis quanto ao reajuste da parcela décimos dos servidores relacionados no Quadro IV (vide §36), bem como em casos análogos.*

#### *2.2.1.2 Causas e Efeitos*

*40. Do cotejo dos itens de verificação definidos na Matriz de Planejamento com os critérios de auditoria vigentes, foi possível aferir, na maioria dos casos, a exatidão dos registros, verificando-se a regularidade dos cálculos lançados nos abonos provisórios/títulos de pensão, bem como nos pagamentos atuais obtidos junto ao SIGRH, inclusive quanto à correta atualização dos benefícios de acordo com o índice do INSS.*

*41. Verificou-se, por outro lado, que em algumas situações, houve morosidade no atendimento às decisões proferidas por esta Corte de Contas. No entanto, esses casos foram saneados no transcurso da auditoria.*

#### *2.2.1.3. Proposições*

*42. Sugere-se ao e. Tribunal:*

*I. ter por regulares os aspectos financeiros de que tratam as concessões apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007 (Processo nº 24.185/07), constantes dos Quadros II e III;*

*II. determinar à jurisdicionada que, no referente ao reajuste da parcela décimos (VPNI - Lei nº 4.584/2011) dos servidores relacionados no Quadro IV, e em casos análogos, observe o que vier a ser decidido na ADI 2012.00.2.023636-5.*





### 2.3. Questão de auditoria 3

*Estão corretos os procedimentos adotados pela SO/DF para o pagamento em pecúnia de períodos de licenças-prêmio adquiridos e não usufruídos ou computados para fins de concessão de abono de permanência ou aposentadoria?*

#### 2.3.1. Achados de Auditoria

*Evidência da regularidade na concessão dos benefícios, apurada via auditoria de sistemas e análise documental, o que indica a consistência dos procedimentos adotados pela jurisdicionada.*

##### 2.3.1.1. Análises e Evidências

43. *A licença-prêmio não usufruída e não contada para outros efeitos pode ser convertida em pecúnia, conforme autoriza o artigo 142 da LC nº 840/2011.*

44. *Antes de adentrar na metodologia propriamente dita, considerou-se pertinente certificar-se sobre os procedimentos internos da jurisdicionada na concessão dos benefícios. Desse modo, obteve-se informação junto aos gestores da Secretaria de Obras de que a concessão de abono de permanência se dá em processo próprio, assim como ocorre com a conversão da licença-prêmio em pecúnia.*

45. *Com suporte em relatórios obtidos via SIGRHWEB, alcançou-se o número de quatro servidores da Secretaria de Obras contemplados com a concessão de abono de permanência e/ou a conversão em pecúnia de períodos (ou partes) de licença prêmio (rubrica 2034). Em virtude do tamanho reduzido do escopo, procedemos à análise da totalidade das concessões de licença-prêmio, conforme indicado no Anexo II da NA 001, fls. 15 e 16, referente aos servidores elencados no quadro abaixo.*

QUADRO V - Conversão de licença-prêmio em pecúnia - NA 001- 11.160/2013-TCDF			
Processo GDF	Beneficiário	Matrícula	Ocorrência
110000140/2008	Paulo Roberto Linhares Figueiredo	18.905-7	Usufruiu todo período de licença-prêmio, fls.129/135.
110000427/2010	José Evandro Batista da Silva	22.742-0	Conversão de 450 dias em pecúnia, fls. 160/176..
110000532/2009	Newton Luiz de Oliveira	39.759-8	Conversão de 240 dias em pecúnia, fls. 136/141.
110000426/2010	Rosalia Cristina R Curado	22.130-9	Conversão de 270 dias em pecúnia, fls. 142/159.

46. *A título de informação cite-se que dentre os 450 dias convertidos em pecúnia pelo servidor José Evandro Batista da Silva, o período computado como decênio (27/10/81 a 24/10/91) foi considerado como dois quinquênios (sendo 90 dias usufruídos e 90*



dias utilizados para conversão em pecúnia), fls. 171. O cálculo está em consonância com a pretérita Lei nº 8.112/90, que, em seu art. 245 dispôs: "A licença especial disciplinada pelo art. 116 da Lei nº 1.711, de 1952, ou por outro diploma legal, fica transformada em licença-prêmio por assiduidade, na forma prevista nos arts 87 a 90".

47. Na verificação dos casos acima, colhemos dados dos sistemas SIGRH e SIGRHWEB relativos às datas de aposentadoria, aos períodos de licença-prêmio não usufruídos, ao valor percebido a título de conversão de licença-prêmio em pecúnia e ao último contracheque anterior à aposentadoria, excluindo-se parcelas não incorporáveis.

48. A seguir, verificou-se de antemão a consistência entre os valores referentes ao saldo de licença-prêmio não usufruído (SIGRH, tela CADLAR35) e à conversão em pecúnia (SIGRHWEB, rubrica 2034), a exceção dos registros da aposentada ROSÁLIA CRISTINA RODRIGUES CURADO, em que não constavam os dias usufruídos.

49. Confrontando-se os dados obtidos com as análises feitas nos processos dos servidores que converteram licença-prêmio em pecúnia, não foram verificadas falhas formais, bem assim a base de cálculo do pagamento amparou-se na remuneração do servidor. Desta forma, percebe-se que a jurisdicionada adotou os procedimentos corretos tanto na conversão de licença-prêmio, como na concessão de abono de permanência.

#### 2.3.1.2. Causas e efeitos

50. É razoável admitir, portanto, que a regularidade dos procedimentos de conversão em pecúnia de LPA dos servidores se deve aos controles efetivos dos setores responsáveis pelo levantamento de tempo de contribuição, concessão e fruição de licença-prêmio e de abono de permanência, resultando na consistência dos pagamentos da LPA convertida em pecúnia, na veracidade e fidedignidade dos registros respectivos, o que é facilitado pelo reduzido número de beneficiados.

#### 2.3.1.3. Proposições

51. Sugere-se ao e. Plenário considerar regulares os procedimentos de conversão em pecúnia de LPA dos servidores da jurisdicionada, constantes do Quadro V, § 45, observando que as apurações tiveram por base de cálculo a remuneração do servidor.

#### 2.4. Questão de auditoria 04



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

e-DOC 7D8E5171  
Proc 11160/2013

Fls.: 394  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

Os critérios de que se serve a SO/DF para controlar as acumulações de cargos dos servidores daquela Pasta são adequados e suficientes para evitar situações em desconformidade com a legislação em vigor?

**2.4.1. Achados de Auditoria**

Há necessidade de a jurisdicionada aprimorar os controles internos, para que possa fazer a checagem da acumulação mesmo que haja omissão por parte dos servidores.

**2.4.1.1. Análises e Evidências**

52. Objetivando verificar acumulação de cargos, aposentadorias e pensões pelos servidores lotados na Secretaria de Estado de Obras - SO, foi desenvolvido, por servidor da SEFIPE, programa em "java" que efetua o cruzamento das informações extraídas do SigrhWeb com os dados constantes do Portal da Transparência do DF, da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (Bases: 2007, 2008 e 2009), disponibilizado na intranet, campo "sistemas" deste Tribunal, da RAIS 2011, bem assim do TCU.

53. Do resultado do cruzamento acima, verificamos que alguns servidores lotados na SO possuíam vínculos em 2011 com outros órgãos e entidades. Dessa forma, solicitamos, por meio da Nota de Auditoria nº 003, fls. 18, que a jurisdicionada nos disponibilizasse, para efeito das verificações necessárias, a documentação relativa a esses servidores/pensionistas, os quais se encontram relacionados no QUADRO VI, assim como a declaração de acumulação/não-acumulação de cargo, emprego ou função pública, bem como de proventos de aposentadoria e pensões, pois eventual acumulação poderia não mais existir.

QUADRO VI - Servidores com Vínculo, Base RAIS 2011 - NA 003 11.160/2013-TCDF					
Situação	CPF	Nome do Servidor/Inativo ou Pensionista	PIS/PASEP	CNPJ Órgão	Nome do Órgão de Destino
Regular	831.289.216-87	FERNANDO VIEIRA DA SILVA, (servidor efetivo da SO cedido para a NOVACAP, fl. 180)	123.86022.50/3	26.963.645/0001-13	NOVACAP
Vide 54/57	026.490.551-20	PEDRO GONÇALVES ROSA (servidor aposentado da SO, fl. 181)	100.37393.27/5	24.809.287/0001-63	Agência Municipal de Trânsito, Trans., Mobilidade, da Prefeitura de Goiânia



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

Fls.: 395  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

					(Servidor aposentado em 2012, fls. 186).
Regular	453.561.14 3-20	MARIA DE NAZARE B DE SOUZA MARTINIANO (beneficiária de pensão instituída por: Genival Martiniano Silva fl. 188 e 189)	170.51018 .75/0	45.709.920 /0001-11	PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO (professora, fls. 190)
Regular	798.627.56 1-87	LAURA MARIA DE MELO (beneficiária de pensão instituída por: Gumercindo Lima Araújo fl.191)	124.16249 .02/0	03.507.530 /0001-19	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARAES (professora, fl.192)
Regular	045.242.98 6-22	PATRICIA ESPERIDIAO CORDEIRO DE FARIA (servidora ocupante de cargo em comissão, sem vínculo com a Administração Pública, fl. 193 e 194)	190.27687 .67/9	01.409.598 /0001-30	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE GOIÁS, fls. 195. Ocupante de cargo comissionado, já exonerada, cf. informações juntadas na pasta funcional
Regular	031.687.83 1-61	ANA CAROLINE ROCHA PEREIRA (servidora ocupante de cargo em comissão, sem vínculo com a Administração Pública, fl. 196)	136.22316 .27/5	03.658.432 /0001-82	GEAP - FUNDACAO DE SEGURIDADE SOCIAL (vínculo na RAIS 2009). (Na RAIS 2011 não apresentou vínculo), fls. 197
Regular	099.266.90 1-49	ARICENALDO SILVA (servidor requisitado da União em 2011 para exercício de cargo comissionado na SO, fl.199 e 200); aposentou-se posteriormente.	100.25654 .14/1	05.914.685 /0002-86	CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO (servidor aposentado da CGU, fl. 202)
				07.129.796 /0001-26	PRESIDENCIA DA REPUBLICA (servidor comissionado na PR de 2006 a 2011)
Regular	874.859.40	SANDRA TEIXEIRA DA	127.75058	03.658.432	GEAP -



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

Fls.: 396  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

	1-63	SILVA (servidora ocupante de cargo em comissão, sem vínculo com a Administração Pública, fl. 208)	.27/4	/0024-79	FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL, fl. 210.
Regular	002.654.83 1-31	JANDIRA PALMEIRA PEREIRA (beneficiária de pensão instituída por José Eduardo Pereira, fl. 211)	190.32999 .88/8	00.530.352 /0001-59	CÂMARA DOS DEPUTADOS (vínculo na RAIS 2009) (Na RAIS 2011 não apresentou vínculo), fl. 212
Regular	223.125.60 1-00	GEORGETH GOMES DE SOUSA (beneficiária de pensão instituída por Vitor José de Sousa, fl. 214)	101.12683 .97/2	00.394.452 /0533-04	COMANDO DO EXERCÍTO (vínculo na RAIS 2009) (Na RAIS 2011 não apresentou vínculo), fl. 213.

54. Quanto aos servidores/pensionistas e informações registradas no quadro acima, resultado do levantamento inicial via sistema, verificamos, após exame individualizado das situações, que não se confirmaram as acumulações de cargos, aposentadorias e pensões, à exceção do aposentado PEDRO GONÇALVES ROSA. De início, ressalte-se que a aposentadoria desse servidor foi considerada legal pelo TCDF em 29.06.1978, conforme Decisão exarada na 1658ª Sessão Ordinária (fl. 182).

55. Ocorre que o referido servidor aposentado no cargo de Artífice Maquinista, o qual foi transformado em Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental, na Secretaria de Obras apresentou vínculo com a Agência Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade (CNPJ 24.809.287/0001-63), atual Secretaria Municipal de Trânsito, Transportes e Mobilidade da Prefeitura de Goiânia/GO (Criada pela Lei Complementar nº 203, 08.01.2013), conforme identificado na RAIS 2011, por meio do número do PIS do servidor. Em resposta à Nota de Auditoria nº 003, a jurisdicionada limitou-se a informar que o servidor encontra-se "aposentado desta Secretaria [de Obras] desde 06/09/1977". Por outro lado, em consulta ao sítio de pesquisa "google" detectamos que o referido inativo já se aposentou também no aludido Município de Goiânia, conforme Decreto nº 342, de 01/02/2012, publicado no Diário Oficial do Município de 03/02/2012, fl. 186.



56. Cotejando o ato concessório de aposentação expedido pelo Município de Goiânia, publicado em 03/02/2012, fls.186, nota-se que a aposentadoria do Sr. Pedro Gonçalves Rosa foi proporcional a 24 anos, 4 meses e 28 dias. Correlacionando no EXCEL os referidos dados relativos à data de publicação do ato e à proporcionalidade da aposentadoria infere-se que a data de ingresso do servidor no cargo de motorista, no aludido município de Goiânia ocorreu em 14/09/1987. Portanto, como se trata de data anterior a 1998, o ingresso no cargo encontra amparo na ressalva disposta no art. 11 da Emenda Constitucional nº 20/98. Já no tocante ao acúmulo de duas aposentadorias, em se tratando de esferas distintas, vale lembrar que no âmbito do Tribunal o assunto está sobrestado, consoante disposto na Decisão nº 2160/2013, verbis:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, determinou o sobrestamento da análise da concessão até o desfecho do Processo nº 19.075/09, no qual se discute a possibilidade de acumulação de proventos de aposentadorias de sistemas previdenciários diversos, pagos por distintas esferas de governo, se o servidor for amparado pelo art. 11 da Emenda Constitucional nº 20/98.”*

57. Dessa forma, cabe alertar a jurisdicionada que deverá observar o que vier a ser decidido no Processo nº 19.075/2009-TCDF, quanto à acumulação de proventos de aposentadorias de sistemas previdenciários distintos, assim como notificar a Prefeitura de Goiânia acerca da existência da aposentadoria distrital, já considerada legal pelo TCDF.

58. Ressalte-se que as concessões de pensão relativas às beneficiárias Georgeth Gomes de Sousa (Processo nº 110.000.324/2010) e Jandira Palmeira Pereira (Processo nº 110.000.215/2012) estão sob apreciação da Secretaria de Transparência e Controle, fls. 215 e 216, motivo por que deixaram de ser examinadas no curso desta auditoria, podendo ser incluídas em futuro roteiro de fiscalização.

59. Ademais, ainda com o intuito de dirimir dúvidas quanto à regularidade dos procedimentos realizados pela jurisdicionada quando da efetivação de cessões e requisições, solicitamos, também por meio da Nota de Auditoria nº 003, documentação comprobatória desses atos, com vistas a verificar se o órgão de origem dos servidores elencados no QUADRO VII corresponde ao vínculo encontrado na pesquisa efetuada na RAIS.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

e-DOC 7D8E5171  
Proc 11160/2013

Fls.: 398  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

Situação	CPF	Nome Servidor	PIS/PASEP Servidor	CNPJ Órgão	Nome do Órgão/ Entidade Cedente ou Requisitante
Regular	279.516.771 -91	CARLOS GUILHERME S FERNANDES (servidor requisitado do MPOG para exercício de CNE na SO, fls. 217 e 218)	170.18743 .87/5	00.489.82 8/0002-36	MINISTERIO DO PLANEJ., ORCAME NTO E GESTAO (servidor efetivo do ministério, cedido para o DF, fl. 220)
Regular	597.640.907 -53	WALTER LUCIO DOS SANTOS BARROS (servidor comissionado, exonerado em 10/12, fl. 222)	121.57753 .52/6	34.028.31 6/0001-03	CORREIOS
Regular	358.484.721 -49	AMILTON SILVA MATOS (servidor efetivo da SO, cedido para a CLDF, fl. 223)	120.36350 .89/7	26.963.64 5/0001-13	CAMARA LEGISLATIVA DO DF (servidor requisitado, fl. 223)
Regular	102.361.041 -87	BRAULITA MONTEIRO S FAVERO (nomeada para exercício de CNE na SO em junho/12, fl. 224)	106.27749 .29/9	37.115.34 2/0032-63	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (servidora aposentada em julho/12, fl. 225)
Demanda Providências	396.787.923 -20	AUGUSTO CESAR DE SOUSA (servidor do SLU requisitado pela SO, fls. 226 e 227)	121.59471 .29/3	01.616.52 0/0001-96	PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAS LINDAS - PROCON (fl. 228, vínculo empregatício, conforme explicitação abaixo)
Regular	508.126.886 -00	NORMA LUCIA DE CARVALHO (empregada da CAESB, cedida para exercício de CNE na SO em janeiro/2011, fls. 229/231)	170.11336 .64/6	05.465.98 6/0002-70	MINISTERIO DAS CIDADES (permaneceu como requisitada para esse órgão até janeiro/2011, cf. SIAPEnet, fls. 235)
Regular	779.236.265 -53	FRANCISCO CANINDE DA SILVA (servidor efetivo da SO, cedido para exercício de cargo em comissão na CODEPLAN, fls. 238/239)	126.62164 .04/4	00.394.41 1/0001-09	CODEPLAN (servidor requisitado da SO, fls. 238/239)





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

e-DOC 7D8E5171  
Proc 11160/2013

Fls.: 399  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

60. Quanto aos servidores listados no quadro acima, verificamos que as documentações relativas aos atos de cessão e requisição encontram-se regulares, à exceção dos referentes a AUGUSTO CESAR DE SOUSA.

61. Em relação ao referido servidor, apurou-se vínculo com a Prefeitura Municipal de Águas Lindas, consoante RAIS 2011, fls. 228. Em virtude da acumulação de cargo, emitimos a Nota de Auditoria nº 003, ocasião em que a jurisdicionada informou que o servidor é do quadro do SLU, requisitado para a Secretaria de Obras desde 2008, fls. 177, 178, 226 e 227. Posteriormente, foi-nos encaminhada cópia do requerimento do servidor solicitando a exoneração do cargo de vigia da Prefeitura Municipal de Águas Lindas de Goiás, fls. 328. Tendo em vista que o ato de exoneração não foi publicado até o término da auditoria, cabe determinar à jurisdicionada que confirme junto a referida prefeitura se o servidor foi exonerado do cargo de vigia e averigue a regularidade do possível acúmulo de cargos públicos pelo servidor, à vista do art. 48 da LC nº 840/11.

62. Além dos casos identificados no Quadro VII, já tratados, verificamos, ainda, a existência da cessão da servidora da Secretaria de Obras, Aline Lucena Rezende, matrícula nº 137023-5, para o Ministério da Cultura para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Divisão, DAS 101.2, fls. 240/243, situação que não configura irregularidade.

63. Também efetuamos o cruzamento das informações dos servidores da Secretaria de Estado de Obras com as constantes no site do Tribunal de Contas da União. Nessa ocasião, verificamos que o servidor Antônio Carlos Ribeiro Silva, matrícula nº 18.474-6, requisitado da Secretaria de Governo, teve seu ato de admissão nos Correios registrado pelo TCU, em 27.11.1997. Dessa forma, solicitamos informações à jurisdicionada objetivando saber se o servidor ainda tinha vínculo ativo com a citada empresa pública. Em seguida, para comprovar seu desligamento, o servidor apresentou cópia da carteira de trabalho onde constava a data de admissão (03.11.1994) e a data de saída (06.11.1995), fls. 244 e 245, ilidindo a aparente irregularidade.

64. Por fim, em consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal e ao SIAPPE, esta Unidade Técnica verificou que a pensionista Elizabeth Fernandes dos Santos, matrícula nº 92765-1 (GDF) acumula pensão com o exercício de emprego público no Ministério da



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

e-DOC 7D8E5171  
Proc 11160/2013

Fls.: 400  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

*Ciência, Tecnologia e Inovação, desde 02.06.2010, fls. 246/257.*

*65. No Governo do Distrito Federal, a pensionista é beneficiária de pensão temporária, a qual foi concedida nos termos do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373/58, que assim dispõe:*

*“A filha solteira, maior de 21 (vinte e um) anos, só perderá a pensão temporária quando ocupante de cargo público permanente.”(grifo nosso)*

*66. A concessão inicial foi considerada legal, para fins de registro, conforme Decisão nº 5177/1999, fl. 246.*

*67. Quanto ao seu vínculo na esfera federal, verifica-se que ela pertence ao quadro especial em extinção do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, sob o regime celetista, conforme Portaria nº 203, de 22.04.2010 (fls. 250/254), portanto, ocupante de emprego público permanente.*

*68. Neste caso, afigura-se inviável a acumulação, mesmo em se tratando de emprego público, conforme deliberação do Tribunal endereçada à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa (Decisão nº 1327/2007, fl. 258) no sentido de “orientar os órgãos do complexo administrativo do Governo do Distrito Federal a colher, periodicamente, das beneficiárias de pensão civil, habilitadas na condição de filha maior solteira, declaração, sob as penas da lei, de que permanecem na situação de solteiras, não mantêm relacionamento em estado de união estável e não exercem cargo ou emprego público em caráter permanente.”, bem como, “III – autorizar: a) a 4ª ICE a verificar, em futuras auditorias programadas, o cumprimento desta decisão;”.*

*69. No mesmo sentido é o disciplinamento constante da Portaria SEPLAG nº 160/07 (art. 3º, IV), assim redigido:*

*“Art. 3º - A atualização de que trata o artigo anterior é de caráter obrigatório, e proceder-se-á mediante o comparecimento da pensionista ao respectivo setorial de pessoal, para prestar as seguintes informações:*

*(...)*

*IV - firme compromisso de que permanece na situação de solteira, bem como não mantém estado conjugal de união estável, e que não exerce cargo ou emprego público em caráter permanente (DECLARAÇÃO DE FILHA MAIOR SOLTEIRA, Anexo Único).”*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

e-DOC 7D8E5171  
Proc 11160/2013

Fls.: 401  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

70. Dessa forma, em linha com a jurisprudência do TCDF (v.g. Decisões nº 1327/2007, 2825/06 e 5083/12) e inciso IV do artigo 3º da Portaria SEPLAG nº 160/2007, sugere-se ao e. Plenário que, em relação à pensionista Elizabeth Fernandes dos Santos, que acumula pensão civil temporária (Lei nº 3373/58) com remuneração de emprego público, determine à Secretaria de Estado de Obras que instaure processo administrativo, oportunizando à interessada, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, manifestar-se acerca da referida acumulação, considerando que, a teor do art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 3373/58 e jurisprudência desta Corte, o exercício de emprego público permanente enseja a perda da condição de beneficiária da pensão. Informando, ainda, ao Tribunal as providências adotadas, inclusive quanto a eventual cancelamento do benefício e devolução dos valores recebidos indevidamente, consideradas, neste caso, a Decisão 6806/07 e a Súmula 79 - TCDF.

71. Com o objetivo de levantar possíveis acumulações e considerando os termos da Decisão supracitada, solicitamos à jurisdicionada lista com os nomes de todas as beneficiárias de pensão com fundamento no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373/58 (fls. 259 e 260), as quais se encontram abaixo relacionadas.

<b>QUADRO VIII - Pensionista (Filha Maior e Solteira sem Cargo Público)</b>	
<b>Pensionista</b>	<b>Matrícula nº</b>
Adesilei Edimaria de Oliveira	38.829-7
Adriana de Jesus Oliveira	36.048-1
Alice de Faria Carneiro	90.636-0
Amália Rodrigues Fernandes	93.274-4
Andréa Oliveira Jacintho de Almeida	195.255-2
Ângela Maria Teixeira Aversa	31.295-9
Angelina Rodrigues da Silva	25.798-2
Antônia Maria César Santana	24.929-7
Beatriz de Fátima Batista	107.943-3
Creuza Maria de Oliveira	38.828-9
Daniela de Andrade Bittencourt	45.892-9
Dominga Martins de Oliveira	158.399-9
Elizabeth Fernandes dos Santos	92.765-1
Francisca Lopes da Silva	171.193-8
Idealina Américo Vieira	36.942-X
Joana D'arc de Oliveira	49.296-5
Kátia Maria Silva Nascimento	49.854-8
Lucimar Araújo Campos	92.526-8
Márcia Costa Ferreira	48.424-5
Maria das Graças Dias de Castro	36.885-7
Maria Elizabeth Garcia de Oliveira	48.720-1
Maria Luci Ramalho	36.934-9
Maria Luiza Boaventura Cotrim	37.504-7



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

e-DOC 7D8E5171  
Proc 11160/2013

Fls.: 402  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

Marinalva Gonçalves da Silva	34.761-2
Michelle Antônia Straehl de Vasconcelos	42.855-8
Milene Luccas Leite	95.605-8
Regina Célia Garcia de Oliveira	48.719-8
Regina Lúcia Giovannini de Sá	37.526-8
Rosane Pereira da Silva	106.576-9
Seir Veloso	24.108-3
Sheila Sultanun Blanch	32.825-1
Solange Pereira da Silva	106.575-0
Soraia Fernandes Dias	28.000-3
Stela Maris Ramalho	109.336-3

72. Em face disso, solicitamos à jurisdicionada que nos apresentasse as declarações de acumulação/não-acumulação das pensionistas listadas acima, bem assim que permaneciam na condição de solteiras, o que, conforme verificamos por amostragem, encontra-se de acordo com os procedimentos constantes da Decisão nº 1327/2007, fls. 261/272. Em relação às citadas pensionistas, foram efetuadas consultas aos Portais de Transparência do DF e do Governo Federal, inclusive no Tribunal de Contas da União, e da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (Base: 2011) e esta Unidade Técnica não detectou nenhum outro caso de acumulação.

#### 2.4.1.2. Causas e efeitos

73. Com relação ao preenchimento anual da declaração de acumulação/não-acumulação de cargos públicos e compatibilidade de horários, a jurisdicionada logrou êxito em obter parte das declarações. Porém, a maioria dos servidores não as entregou e, além disso, com esse tipo de controle, a verificação da acumulação de cargos depende apenas da manifestação do servidor, o que pode não ocorrer (ausência de declaração ou declaração negativa). Isso mostra a necessidade de a jurisdicionada aprimorar os controles internos, para que possa fazer a checagem da acumulação mesmo que haja omissão por parte dos servidores.

#### 2.4.1.3 Proposições

74. Sugere-se ao e. Tribunal:

I. em relação ao servidor PEDRO GONÇALVES ROSA, que vem acumulando a aposentadoria da Secretaria de Obras, datada de 6/9/77, com proventos de aposentadoria do Município de Goiânia, no cargo de motorista, conforme Decreto nº 342, de 01/02/12, publicado no Diário Oficial do Município de 03/02/12, determinar a Secretaria de Estado de Obras que deverá observar o que vier a ser decidido no Processo nº 19.075/2009-TCDF, quanto à acumulação de proventos de aposentadorias de sistemas previdenciários



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

e-DOC 7D8E5171  
Proc 11160/2013

Fls.: 403  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

*distintos, determinando-lhe, ainda, que officie a Prefeitura de Goiânia acerca da existência da aposentadoria distrital, o que será objeto de verificação em futura auditoria;*

*II. em relação ao servidor Augusto Cesar de Sousa, determinar à Secretaria de Estado de Obras que officie a Prefeitura de Águas Lindas de Goiás perquirindo acerca da exoneração do servidor do cargo de vigia, de forma a avaliar possível acúmulo de cargo públicos, em face do disposto no art. 48 da LC nº 840/11, dando conhecimento ao Tribunal dos resultados auferidos;*

*III. em relação à pensionista Elizabeth Fernandes dos Santos, que acumula pensão civil temporária (Lei nº 3373/58) com remuneração de emprego público, determinar à Secretaria de Estado de Obras que instaure processo administrativo, oportunizando à interessada, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, manifestar-se acerca da referida acumulação, considerando que, a teor do art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 3373/58 e jurisprudência desta Corte (v.g. Decisões 1327/07, 2825/06 e 5083/12), o exercício de emprego público permanente enseja a perda da condição de beneficiária da pensão. Informe, ainda, ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências adotadas, inclusive quanto a eventual cancelamento do benefício e devolução dos valores recebidos indevidamente, consideradas, neste caso, a Decisão 6806/07 e a Súmula 79 - TCDF;*

*IV. determinar, ainda, à jurisdicionada que:*

- a) obtenha, anualmente, as declarações dos servidores que acumulam cargos e empregos públicos, comprovando a compatibilidade de horários (artigo 46, § 3º, da LC nº 840/2011);*
- b) empreenda esforços para integração de informações com outros órgãos, inclusive de outras esferas, a fim de evitar a acumulação irregular de vencimentos ou estipêndios pensionais/de aposentadoria, seja pela ocupação de cargos inacumuláveis ou pela incompatibilidade de horários;*
- c) verifique, periodicamente, nos casos das filhas maiores solteiras, se estão mantidas as condições para a percepção da pensão temporária de que trata a Lei nº 3.373/58, observando o disposto na Decisão TCDF nº 1327/07.*



## 2.5. Questão de auditoria 5

O pagamento da indenização de transporte aplicável aos servidores da carreira de Auditoria de Atividades Urbanas coaduna-se com os ditames da Lei Complementar nº 840/11, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civil do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais?

### 2.5.1. Achados de Auditoria

a) O artigo 3º do Decreto nº 31.861/10 permite o pagamento integral da indenização de transporte sem que haja o correspondente fato gerador, contrariando o art. 106 da LC nº 840/11;

b) No lastro dessa disposição regulamentar foi editada a IN 19/2010-AGEFIS, desta feita autorizando o pagamento integral da mencionada parcela com o exercício mínimo de 10 dias de atividades externas, situação que, embora irregular, vem sendo pleiteada também no âmbito da SO;

c) Há diversidade na metodologia de cálculo da referida verba indenizatória (v.g. nos Decretos 13.447/91, 31.848/10 e 31.861/10), inclusive no que se refere a adoção de valores diversos por quilômetro rodado.

#### 2.5.1.1. Análises e evidências

75. A indenização de transporte paga aos servidores da carreira de Auditoria de Atividades Urbanas é tipificada como indenização de atividades externas, nos termos do Decreto nº 31.861/10 (regulamento), fls. 279.

76. Na Secretaria de Obras - SO verificou-se a existência de 19 servidores da carreira em apreço percebendo tal verba, a maioria com formação em Engenharia ou Arquitetura, distribuída da seguinte forma:

UNIDADES (SO)	QTDE SERVIDORES
Subsecretaria de Acompanhamento, Controle e Fiscalização	14
Subsecretaria de Coordenação Orçamentária e Planejamento	3
Subsecretaria de Projetos	2
Total	19

77. Todos os servidores acima, 15 com cargos comissionados, vêm utilizando veículos próprios para execução de tarefas externas, conforme previsto nas atribuições do cargo, de que trata a



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

e-DOC 7D8E5171  
Proc 11160/2013

Fls.: 405  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

Lei nº 2.706/2001, notadamente seus artigos 2º e 4º.

78. A realização de tarefas externas atende a programação estabelecida pelas unidades competentes da SO, de forma a promover fiscalização de obras no GDF. Ao final do mês, os servidores apresentam relatório de atividades externas, que, após aprovação da chefia imediata, são encaminhados para o setorial de pessoal providenciar o pagamento da verba indenizatória.

79. Ocorre que correlacionando as informações contidas nos referidos relatórios de atividades externas, conjugadas com os ditames do Decreto nº 31.861/10 e dispositivos editados pela Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIS, tais como as Instruções Normativas nºs 19/2010 e 34/2010 - AGEFIS, estas na vigência de lei pretérita (Lei nº 8.112/90), bem assim informações colhidas junto ao setorial de pessoal, situações adversas foram detectadas.

80. De forma a facilitar a exposição, tendo em conta que na Secretaria auditada vem tramitando o Processo nº 110.000.273/2012-SO, por meio do qual se aborda a aplicabilidade da regulamentação sobredita sob a égide da Lei Complementar nº 840/11, com pronunciamento da Procuradoria Geral do Distrito Federal - PGDF, por pertinência, compete relacionar as manifestações juntadas nesses autos, para, em seguida, tecermos as considerações hábeis.

2.5.1.1.1. Do Processo nº 110.000.273/2012 (fls. 274/303)

81. Versa sobre pleito de servidores da carreira de Auditoria de Atividades Urbanas do DF, lotados na SO, requerendo o pagamento da indenização de atividades externas, consoante disposto no Decreto nº 31.861/10 (regulamentação) e nas Instruções Normativas nºs 19/2010 e 34/2010 - AGEFIS, fls. 275/283.

82. A Assessoria Jurídico-Legislativa - AJL da SO, ao abordar o assunto, teceu as seguintes considerações: (fls. 284/289)

- A Lei nº 8.112/90, art. 60, dispôs sobre o pagamento de indenização de transporte ao servidor que fizer uso de meio de locomoção próprio para a execução de tarefas externas, relativas às atribuições inerentes ao cargo;





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

e-DOC 7D8E5171  
Proc 11160/2013

Fls.: 406  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

- As atribuições dos ocupantes de cargo da mencionada carreira estão previstas na Lei nº 2.706/2001;
- Não há vinculação do pagamento indenizatório ao local de lotação do servidor;

83. Ao final, a Assessoria sugeriu encaminhar os autos à PGDF rogando a análise da pertinência de pagamento da indenização de transporte aos servidores da AGEFIS lotados na SO, desde que estejam exercendo atividades externas relativas ao seu cargo efetivo, com utilização de veículo próprio. Indagou-se também da regularidade do pagamento frente ao valor e em relação aos dias trabalhados, tratados nas Instruções Normativas nºs 19/2010 e 34/2010-AGEFIS.

84. Em seguida, o titular da Secretaria de Obras enviou os autos para apreciação da Procuradoria Geral do Distrito Federal-PGDF, que, após análise, produziu o Parecer nº 2.768/2012-PROPES/PGDF, com a anuência do Procurador-Geral Adjunto do Distrito Federal, fls. 291/298. Nesse parecer podem ser destacadas as seguintes manifestações:

- A indenização de transporte está prevista, atualmente, na Lei Complementar nº 840/11;
- O pagamento da indenização de transporte exige o preenchimento de 03(três) pressupostos fáticos: a) despesa realizada pelo servidor com a utilização de meio próprio de locomoção (ex. veículo próprio); b) que a utilização do meio próprio seja para fins de execução de serviços externos; c) que os serviços externos sejam realizados em razão do cargo que ocupam, ou seja, por força das atribuições próprias do cargo;
- Os decretos e regulamentos editados anteriormente à Lei Complementar Distrital nº 840/2011, que regulavam o pagamento da indenização de transporte, foram recepcionados pelo art. 288 da referida lei;
- Os regulamentos que tratam da indenização de transporte não conflitam com a atual LC nº 840/11, devendo ser mantidas, a priori, as suas disposições;
- Há o Parecer nº 1.738/2012-PROPES/PGDF, tratando do art. 106 da LC nº 840/11, sobre o objetivo da indenização de transporte tanto para o servidor quanto para o Estado. No mesmo



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

e-DOC 7D8E5171  
Proc 11160/2013

Fls.: 407  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

norte indicou o Parecer nº 1.685/2012-PROPES/PGDF;

- O simples fato de os servidores da AGEFIS estarem lotados na Secretaria de Obras não é motivo suficiente para inviabilizar o pagamento da indenização de transporte, desde que exerçam tarefas externas exigidas por atribuições de seu cargo com a utilização de veículo próprio (Parecer nº 1.402/2011);
- A Instrução Normativa nº 34/2010-AGEFIS apenas tratou de atualizar o valor da indenização de transporte, conforme previsto pelo art. 4º, parágrafo único do Decreto nº 31.861/2010, Logo, não foram extrapolados os limites estabelecidos no mencionado Decreto;
- Quanto à Instrução Normativa nº 19/2010-AGEFIS, seu art. 2º possui a mesma inteligência do art. 3º do Dec. nº 31.861/10. Ademais, a IN não trouxe qualquer inovação jurídica no tocante à matéria.

85. Por fim, a PGDF manifestou pela viabilidade jurídica do pagamento da indenização de transporte aos servidores da AGEFIS lotados na SO, ressaltando, porém, que "os critérios para o cálculo da indenização de transporte são adotados conforme a discricionariedade da autoridade competente para a edição do ato, ou seja, cuida-se de uma questão política que foge ao âmbito de análise desta Casa Jurídica" (Parecer nº 2071/2012-PROPES/PGDF - fl. 298)

86. Posteriormente, em virtude da posição favorável do órgão jurídico do GDF, o titular da Secretaria de Obras encaminhou os autos ao setor próprio (Subsecretaria de Administração Geral) para as providências cabíveis (fls. 299/303).

87. Do exame desponta que o órgão jurídico do GDF manifestou-se pela viabilidade do pagamento da indenização de transporte aos servidores da carreira de Auditoria de Atividades Urbanas, lotados na SO, desde que preencham os requisitos fáticos do art. 106 da LC nº 840/11 c/c o Decreto nº 31.861/10 c/c as Instruções Normativas nº 19/2010 e 34/2010, ambas da AGEFIS, consoante termos conclusivos dispostos no referido Parecer nº 2.768/2012 - PROPES/PGDF. Ressalta, porém, que os critérios para o cálculo da indenização de transporte são adotados conforme a discricionariedade da autoridade competente para



edição do ato, questão política que foge ao âmbito de análise da Casa Jurídica.

88. Com as vênias de estilo, entende-se que os critérios de pagamento estabelecidos nos dispositivos regulamentares além de macularem a natureza indenizatória, estão em conflito com a Lei Complementar nº 840/11, conforme demonstraremos a seguir, distinguindo o assunto pelos preceitos legais vigentes, conforme elencados no parágrafo anterior.

2.5.1.1.2. Do Decreto nº 31.861/10 (fl. 279)

89. Primeiramente cite-se que a norma trata de regulamento da indenização de atividades externas e alcança os integrantes da carreira de Auditoria de Atividades Urbanas do DF. A título de informação, cotejando o sítio da transparência do GDF, nota-se a existência de 2.114 servidores dessa carreira em atividade no GDF, sendo 709 servidores sob supervisão da AGEFIS e 1.405 lotados em diversos órgãos, tais como: Secretaria de Obras, Transporte, Governo, Saúde, Meio Ambiente e DFTrans, em consonância com distintas atribuições conferidas aos ocupantes de tal carreira, consoante Lei nº 2.706/2001. Os servidores da aludida carreira já vêm percebendo o valor indenizatório, nos moldes do Decreto nº 31.861/10, desde 2010.

90. Examinando o Decreto nº 31.861/10, evidencia-se inadequado o fato de que, em períodos de férias, recesso e licenças, a verba indenizatória paga aos servidores da referida carreira pode ser integral, desde que não transcorridos mais de 20 dias de afastamento, contrario sensu do previsto no seu art. 3º, verbis:

*"Art. 3º No mês em que o servidor fiscal se afastar do serviço, inclusive por motivo de férias, licenças, viagens a serviço e cessão a outro órgão, por período superior a 20 (vinte) dias, a Indenização de Atividades Externas pelo uso de meios de locomoção próprios será devida proporcionalmente aos dias trabalhados."*

91. No entanto, vez que a norma acima foi expedida sob a égide de lei pretérita (Lei nº 8.112/90), cabe averiguar a sobredita inadequação em face dos dispositivos da novel Lei Complementar nº 840/11, em observância aos ditames do seu art. 288, verbis:

*"Art. 288. Ficam mantidas, até sua adequação às disposições desta Lei Complementar, as normas regulamentares expedidas com base na legislação anterior, exceto naquilo que conflitam com esta Lei Complementar."*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

e-DOC 7D8E5171  
Proc 11160/2013

Fls.: 409  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

92. Nesse sentido, de início, registre-se que a indenização de transporte, no GDF, deve observância ao art. 106 da Lei Complementar nº 840, de 23/12/11, verbis:

*“Art. 106. O servidor que realiza despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, faz jus à indenização de transporte, na forma do regulamento”. (...)*

93. Portanto, se atendidas as 3 (três) situações acima (meio próprio de locomoção, serviços externos e atribuições do cargo), o servidor faz jus à indenização de transporte.

94. No tocante à carreira de Auditoria de Atividades Urbanas, constata-se que os servidores apresentam condições para percepção da referida indenização, pois preenchem os requisitos do art. 106 da LC nº 840/11: utilização de meio próprio de locomoção; realização de tarefas externas (programação estabelecida pelas diretorias competentes); e atribuições do cargo contemplando atividades externas, conforme Lei nº 2.706/2001, notadamente seus artigos 2º e 4º.

95. Todavia, é pressuposto do pagamento da indenização de transporte a ocorrência do dano. Assim, a compensação deve ocorrer de modo que o servidor não reste prejudicado com a utilização de seu bem (veículo), nem a Administração onerada por conta de pagamento a maior. Não se deve propiciar vantagem monetária de qualquer espécie, ou acréscimo patrimonial, visto que a indenização em pecúnia ocorre justamente para reparar o dano.

96. Em apoio a essa função essencialmente reparadora, o art. 103 da LC nº 840/11 explicita que a indenização não pode ser incorporada à remuneração, produzir efeito sobre outros pagamentos, bem assim sofrer incidência tributária.

97. Ao revés, extrapolando o limite do dano, além de descaracterizar qualidade ímpar da verba indenizatória, o pagamento despendido poderá favorecer uma parte em detrimento da outra, maculando a natureza indenizatória.

98. Em virtude do exposto, a regra é que o valor da indenização de transporte suporte situações que caracterizem despesas, isto é, somente poderá ser paga nos dias em que houver utilização de meio próprio de locomoção para execução de serviços externos inerentes às atribuições do cargo. Não pode haver, portanto, pagamento integral do benefício nos meses em que ocorrerem férias,



licenças, viagens a serviço ou cessão a outro órgão.

99. Note-se que o descompasso entre a regra do art. 3º do Decreto nº 31.861/10 (reprisada, como dito, no art. 3º do Decreto nº 31.860/10) e o art. 106 da LC 840/11 não foi repetida em outros regulamentos no âmbito distrital. O Decreto nº 31.848/2010 sequer cogita a hipótese de pagamento integral na forma do referido art. 3º; ao contrário, frisa a natureza da parcela, nos seguintes termos:

*“Art. 2º A indenização de transporte destina-se a ressarcir as despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos...”*

100. A LC nº 840/11 considera certos períodos de ausências e afastamentos como de efetivo exercício (art. 165). Contudo, tais períodos não podem ser considerados para fins da indenização de transporte, de forma a evitar que haja vantagem monetária para o servidor em detrimento da Administração.

101. Nessa linha, registra-se que o Poder Executivo federal, em 2010, ao promover nova redação ao Decreto nº 3.184, de 27 de setembro de 1999, que dispõe sobre a concessão de indenização de transporte aos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, refutou explicitamente o cômputo de ausências e afastamentos no cálculo da indenização de transporte, ainda que considerados como de efetivo exercício, consoante disposto no Decreto nº 7.132, de 19/03/10, verbis:

*“Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 3.184, de 27 de setembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:*

*“Art 1º Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que, por opção, e condicionada ao interesse da administração, realizar despesas com utilização de meio próprio de locomoção para execução de serviços externos inerentes às atribuições próprias do cargo que ocupa, efetivo ou comissionado, atestados pela chefia imediata.*

*§ 1º Somente fará jus à indenização de transporte o servidor que estiver no efetivo desempenho das atribuições do cargo, efetivo ou comissionado, vedado o cômputo das ausências e afastamentos, ainda que considerados em lei como de efetivo exercício. (...).*

*Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.”*

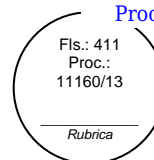
*(o negrito não é do original)*

102. Na mesma linha, se cotejarmos o art. 5º do Decreto nº 13.447/91 com o art. 3º do Decreto nº



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

e-DOC 7D8E5171  
Proc 11160/2013



31.861/10 desponha mais uma desconformidade nas regras da indenização de transporte aplicáveis à carreira de Auditoria de Atividades Urbanas, verbis:

*Decreto nº 13.447/91*

*“Art. 5º Somente fará jus à Indenização de Transporte no seu valor integral, o servidor que, no mês, haja efetivamente realizado serviço externo por, pelo menos, 20 (vinte) dias.*

*Parágrafo Único. Não poderá ser computado como de exercício, para fins deste artigo, os dias ou períodos em que o servidor se afastar do serviço, inclusive por motivo de férias e licenças, ressalvadas nestas hipóteses, a percepção proporcional do benefício, na razão de 1/20 (um vinte avos) do seu valor integral por dia de realização de serviço externo. (incluído pelo art 1º do Decreto nº 16.955, de 22/11/95).” (o grifo não é do original)*

*Decreto nº 31.861/10*

*“Art. 3º No mês em que o servidor fiscal se afastar do serviço, inclusive por motivo de férias, licenças, viagens a serviço ou cessão a outro órgão, por período superior a 20 (vinte) dias, a Indenização de Atividades Externas pelo uso de meios de locomoção próprios será devida proporcionalmente aos dias trabalhados.” (o grifo não é do original)*

103. Observe-se que, nos termos do art. 5º do Decreto nº 13.447/91, os períodos de ausências e afastamentos do servidor não são computados para fins de indenização, aliado ao fato de que a proporcionalidade ocorre por dia de realização de serviço externo, considerando o denominador mínimo de 20 dias, diferentemente do que foi autorizado no referido Decreto nº 31.861/10.

104. Sem olvidar de todas essas disparidades, é de se concluir que o disposto no art. 3º do Decreto nº 31.861/2010 – em que pese o posicionamento da PGDF, já mencionado – não guarda conformidade com o art. 106 da LC 840/2011.

105. De outra banda, registra-se que no DODF de 5/7/10, republicou-se duas normas regulamentares de indenização de transporte: o Decreto nº 31.861/10, de 1º/07/2010, bem assim o Decreto nº 31.848/10, de 30/06/2010, já referenciados.

106. Aplicando singelo exame nos atos regulamentares evidencia-se diversidade de metodologias de cálculo da indenização de transporte. Para facilitar a apreciação, no quadro adiante, detalharemos o art. 4º das normas em questão, para adiante tecermos as considerações hábeis.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

e-DOC 7D8E5171  
Proc 11160/2013

Fls.: 412  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

Regulamentos de Indenização de Transporte republicados no DODF de 5/7/10	
Decreto nº 31.861, de 1º/07/10 (Auditores de Atividades Urbanas do DF)	Decreto nº 31.848, de 30/06/10 (publicado no DODF de 1º/07/10) (Auditores e Inspetores Técnicos de Controle Interno do DF)
(...) Art. 4º O valor da Indenização de Atividades Externas pelo uso de meios de locomoção, será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula: $I = DMM \times CTKM$ Onde: I = valor da indenização; DMM = distância média percorrida por mês: 1.762,20 Km CTKM = custo total por quilômetro rodado: R\$ 0,5203  Parágrafo único. O Diretor-Geral da Agência de Fiscalização do Distrito Federal expedirá Instrução Normativa, antes do último dia útil do mês de dezembro de cada ano, indicando o coeficiente CTKM, a ser aplicado no ano subsequente, com base em levantamentos efetuados pela Agência de Fiscalização do Distrito Federal, observando-se os custos de operação, de manutenção e de propriedade do veículo automotor ou outro meio próprio de locomoção. (...)" .	(...) Art. 4 O valor da indenização de transporte será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula: $IT = \frac{DMM \times CQR \times Dt}{Du}$ Onde: IT = Valor da indenização de transporte; DMM= Distância média percorrida por mês, que corresponde a 1.493,86Km; CQR=Custo total por quilômetro rodado, que corresponde a R\$ 0,83361; Dt= Dias trabalhados externamente Du= Dias úteis/mês = 20 dias  Parágrafo único: O Secretário de Estado Corregedor-Geral do Distrito Federal fica autorizado a revê o coeficiente CQR anualmente para elevá-lo ou reduzi-lo, com base em estudos técnicos formais e detalhados realizados pela Controladoria da Corregedoria-Geral do Distrito Federal, levando em conta as eventuais alterações dos custos dos insumos que compõem a fórmula de que trata este artigo. (...)"
<b>I = R\$ 916,87</b> (1.762,20 X 0,5203) (Ref. 2010)	<b>I = R\$ 1.245,29</b> (1.493,86X0,83361) (Ref. 2010)
<b>I = R\$ 1.616,66</b> (1.762,20 x 0,91738) (Ref. 2011 a 2013)	<b>I= R\$ 1.867,05</b> (Ref. 2013)

107. Note-se que os sobreditos regulamentos de indenização de transporte trazem fórmulas e valores distintos, restando estabelecido ao titular do





órgão respectivo promover as alterações/atualizações, conforme estudos técnicos.

108. A respeito dos citados valores, note-se que o Decreto nº 31.861/10 estabeleceu custo total por quilômetro rodado - CTKM de R\$ 0,5203 em face do percurso médio mensal de 1.762,20 km, equivalente a 80 Km por dia (1.762,20 / 22 dias úteis). Já o Decreto nº 31.848/10 estabeleceu um maior custo total por quilômetro rodado (R\$ 0,8336) frente a menor distância média percorrida mensal (1.493,86 km), correspondente a 68 km por dia (1.493,86 / 22 dias úteis). Aplicando tais dados no cômputo da indenização, resulta em que apesar de apresentar um percurso médio mensal maior, o valor máximo indenizado aos servidores da carreira de atividades urbanas (R\$ 916,60) é menor comparativamente com o valor máximo pago aos servidores da carreira de Auditoria de Controle Interno do DF (R\$ 1.245,29).

109. Diante da situação acima, estampada na mesma página do DODF (vide §107), em face da diferença do valor do custo por quilômetro rodado (CTKM), esforços foram realizados pela AGEFIS (com base no art. 4º do Decreto nº 31.861/10) para atualizar o valor da indenização de atividades externas de R\$ 0,5203 para R\$ 0,91738 (extensão da IN nº 34/10-AGEFIS). Em virtude desse incremento, aproveitamos para verificar as providências (estudos técnicos) então adotadas que ampararam a definição desse novo valor. Assim, mantivemos contato com a Superintendência de Administração e Logística da AGEFIS, via telefone, e obtivemos, via email, cópia da Nota Técnica de Reajustamento, que definiu o aludido CTKM para R\$ 0,91738, fls. 304/307, conforme indicado no quadro anterior.

110. Ao compulsarmos a referida nota técnica, abrangendo a indenização de atividades externas, constata-se que o CTKM foi alterado inicialmente de R\$ 0,5203 para R\$ 0,8336 (valor do coeficiente definido pelo Decreto nº 31.848/10 - Carreira de Auditoria de Controle Interno) alegando-se isonomia de procedimento. Em seguida, o valor de R\$ 0,8336 foi alterado para R\$ 0,91738, em face da incidência do índice de 10,05%, conforme metodologia indicada.

111. Em relação à alteração inicial do valor do CTKM para R\$ 0,8336, a mencionada isonomia poderia ser viável se houvesse semelhança entre os parâmetros de cálculo da indenização definidos nos Decretos nº 31.861/10 e 31.848/10. O que não é o caso, especialmente pela diferença da distância percorrida, conforme § 106.



112. Quanto à segunda atualização do CTKM, que passou de R\$ 0,8336 para R\$ 0,91738, observa-se que a metodologia de cálculo empregada no mencionado estudo técnico levou em conta a depreciação do veículo, custo de operação e manutenção do veículo. No entanto, observa-se que o índice de variação apurado de 10,05% acolheu como parâmetro o período de janeiro a dezembro de 2010, ou seja, um ano. Ora, como o citado índice de R\$ 0,8336, adotado por isonomia, vigorou a partir de 07/2010 (vide § 106), seria mais prudente se os estudos técnicos aplicassem a atualização de julho a dezembro/2010, portanto 6 meses.

113. A par dessas considerações, o fato é que há disparidade de parâmetros para o cálculo da indenização de transporte no âmbito distrital, seja pela distância média considerada, seja pelo custo alvitado por quilômetro rodado.

114. Para fins de saneamento, o Poder Executivo poderia padronizar a metodologia de cálculo da indenização de transporte; a uma, porque a distância percorrida é apenas estimada, de modo a viabilizar o cálculo; a duas, porque o valor por quilômetro rodado não pode variar conforme a carreira beneficiada.

115. Em conclusão, cabe alertar o Chefe do Poder Executivo, quanto à indenização de transporte, em face do disposto no art. 288 da LC nº 840/11, que o disposto no artigo 3º dos Decretos nºs 31.860/10 e 31.861/10 não guarda conformidade com o disposto no artigo 106 da LC nº 840/11, bem assim que deve ser padronizada a metodologia de cálculo da indenização de transporte, de modo a evitar parâmetros diferenciados entre as várias carreiras, como a estimativa da distância percorrida e o valor por quilômetro rodado.

#### 2.5.1.1.3. Da Instrução Normativa nº 19/2010-AGEFIS

116. A referenciada instrução normativa nº 19/2010-AGEFIS foi editada pela então Diretora-Geral dessa Agência de Fiscalização, tendo em conta os regulamentos da indenização de atividades externas afetos às carreiras de Auditoria de Atividades Urbanas (Decreto nº 31.861/10) e Fiscalização de Limpeza Pública (Decreto nº 31.860/10), observando que a IN alcançou apenas os servidores das citadas carreiras que se encontravam lotados na AGEFIS. Em consulta ao Sigrh, verifica-se que a correlação do pagamento indenizatório com base em 10 (dez) dias de atividades externas, para os servidores lotados na AGEFIS, ocorreu a partir de 10/2010, fls. 322.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

e-DOC 7D8E5171  
Proc 11160/2013

Fls.: 415  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

117.0 Atualmente, apenas servidores da carreira de Auditoria de Atividades Urbanas encontram-se lotados na AGEFIS, sendo 707 com percepção de indenização de atividades externas, fls. 327. No tocante aos servidores da carreira de Fiscalização de Limpeza Urbana, em consulta ao Sigrh, período 05/13, verifica-se a existência de 302 servidores, que estão sob coordenação da Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social do DF.

118. Prossegue-se, agora, ao exame da Instrução Normativa nº 19/2010-AGEFIS. Para facilitar, cabe transcrever o preceptivo legal abaixo:

“(…)

*Art. 1º. Determinar que todos os servidores da Carreira de Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal e da Carreira de Fiscalização de Limpeza Urbana do Distrito Federal lotados na Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIS, desde que possuam concessão do pagamento devidamente publicada no Diário Oficial do Distrito Federal -DODF, para recebimento da Indenização de Atividades Externas, devem obrigatoriamente apresentar Relatório de Atividades Externas gerado pelo SISAF com base nas ações fiscais devidamente lançadas.*

*Art. 2º. No mês em que o servidor tenha exercido atividades que demandem deslocamentos externos, nos termos do Decreto nº 31.860, de 30 de junho de 2010 ou do Decreto nº 31.861, de 1º de julho de 2010, por um período mínimo de 10 (dez) dias, com ações correspondentes constantes do Relatório de Atividades Externas gerado pelo SISAF, a Indenização de Atividades Externas pelo uso de meios de locomoção próprios será paga em seu valor integral. Parágrafo único. Caso o número de dias em que o servidor utilizar de meios próprios de locomoção para a execução de serviços externos seja inferior a 10 (dez), a Indenização de Atividades Externas pelo uso de meios de locomoção próprios será devida proporcionalmente, de acordo com os valores listados no Anexo Único desta instrução.*

*Art. 3º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos à 1º de agosto de 2010.*

*Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Instrução Normativa nº 17, de 07 de julho de 2010.*

*BRUNA MARIA PERES PINHEIRO, Diretora Geral; GLEISTON MARCOS DE PAULA, Diretor Adjunto; ALEXANDRE NAVES SENA, Diretor de Operações; JOSÉ CARLOS DOS SANTOS BEZERRA, Diretor de Planejamento, Programação, Normas e Procedimentos; VALTÉCIO DE ALMEIDA BATISTA, Diretor de Fiscalização de Obras; CLÁUDIO CESAR CAIXETA CRUZ, Diretor de Fiscalização de Atividades Econômicas; RODRIGO DE ASSIS REPUBLICANO SILVA, Diretor de Administração e Logística.*

*(\*) Republicado por haver saído com incorreção no original e sem o Anexo Único da Instrução Normativa publicada no DODF nº 161, de 20 de agosto de 2010, página 11. (o grifo não é do original)*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

e-DOC 7D8E5171  
Proc 11160/2013

Fls.: 416  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

*TABELA DE PROPORCIONALIDADE*

*Para pagamento de Indenização de Atividades Externas no mês em que o servidor utilizar meios próprios de locomoção para a execução de serviços externos em um número de dias inferior a 10 (dez).*

<i>QUANTIDADE DE DIAS EM QUE O SERVIDOR UTILIZOU MEIOS PRÓPRIOS DE LOCOMOÇÃO PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EXTERNOS NO MÊS</i>	<i>VALOR PROPORCIONAL CORRESPONDENTE</i>
9	<i>Nove décimos do valor integral</i>
8	<i>Oito décimos do valor integral</i>
7	<i>Sete décimos do valor integral</i>
6	<i>Seis décimos do valor integral</i>
5	<i>Cinco décimos do valor integral</i>
4	<i>Quatro décimos do valor integral</i>
3	<i>Três décimos do valor integral</i>
2	<i>Dois décimos do valor integral</i>
1	<i>Um décimo do valor integral</i>

119. Conforme relatado anteriormente, a IN nº 19/2010-AGEFIS alcançou apenas os servidores das carreiras de Auditoria de Atividades Urbanas e Fiscalização de Limpeza Urbana, que se encontram lotados na AGEFIS (art. 1º), observando que no Sigrh, seus efeitos (suficiência de 10 dias para percepção integral da parcela) ocorreram a partir de 10/2010, conforme se verifica a fl. 322. Com relação aos servidores dessas carreiras lotados em outros órgãos, a aplicabilidade de tal instrução normativa depende da anuência do titular do órgão de lotação, razão pela qual os servidores da Secretaria de Obras interpuseram o pleito de fls. 275/278.

120. Após esses esclarecimentos, ao examinar o assunto cabe destacar que a Instrução Normativa



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

e-DOC 7D8E5171  
Proc 11160/2013

Fls.: 417  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

*configura-se ato administrativo normativo (espécie jurídica de caráter secundário), sendo expedida pelo dirigente do órgão. Objetiva, geralmente, complementar e/ou detalhar uma norma superior, ofertando procedimentos hábeis para manejo dos setores da Administração, sem afrontar os limites legais. Portanto, a Instrução Normativa não tem força para criar ou extinguir direitos.*

*121. Contudo, compulsando o art. 2º da IN nº 19/2010-AGEFIS (anteriormente transcrito) constata-se disciplinamento por meio do qual a citada indenização de atividades externas será paga de forma integral aos servidores que tiverem exercido atividades por um período mínimo de 10 (dez) dias, explicitando tabela de proporcionalidade para períodos inferiores, ou seja, 9 dias - 90%, 8 dias - 80%, e assim por diante.*

*122. Ora, o Decreto nº 31.861/10 ampara o valor indenizatório com base na jornada de trabalho do servidor público distrital, que, a teor do enquadramento parametrizado no Sigrh (rubrica 1775, empresa 013 - Secretaria de Obras), corresponde aos dias úteis do mês, ou seja, 22 (mês de 30 dias) ou 23 (mês de 31 dias), o que guarda consonância com os relatórios de atividades externas apresentados pelos servidores, fls. 308, 310, 312, 314, 316, 318 e 320. Outro dado que refuta a aplicação dos 10 (dez) dias consiste em que o cálculo do valor indenizatório considera a distância média percorrida por mês - DMM, consoante disposto no art. 4º do referido decreto (vide § 108).*

*123. Desse modo, depreende-se que o art. 2º da citada instrução normativa ao estabelecer tempo mínimo de 10 (dez) dias para percepção integral da indenização de atividades externas inovou (criação de direito), portanto, extrapolou os limites de sua atuação.*

*124. Além disso, o órgão gestor do Sigrh, frente à disposição acima, promoveu alteração da parametrização da rubrica 1775 (indenização de atividades externas), no SIGRH, em relação apenas à AGEFIS (empresa 034), de forma a possibilitar pagamento integral da indenização de atividades externas por apenas 10 (dez) dias de tarefas externas, fls. 322 e 327.*

*125. A ilegalidade da inovação trazida pelo art. 2º da IN 19/10 deve acarretar nova alteração no Sigrh, de modo a restabelecer os parâmetros anteriormente existentes.*



126. Demais disso, *ad argumentadum tantum*, é de se considerar que eventual implantação da restrição na quantidade de dias para realização de tarefas externas (apenas 10 dias) poderá prejudicar o cumprimento de serviços da Secretaria de Obras. A jurisdicionada dispõe de 19 servidores da carreira de Auditoria de Atividades Urbanas executando tarefas de campo em 22/23 dias úteis; em se adotando os efeitos da IN nº 19/2010-AGEFIS, em face do pleito de fls. 276/278, é certo que os serviços de fiscalização serão reduzidos em aproximadamente 50% (vez que os servidores só precisarão realizar tarefas externas em 10 dias e não em 22/23 dias úteis).

127. Desta feita, vez que o art. 2º da IN nº 19/2010-AGEFIS afronta o poder regulamentar, na medida em que excede o disposto no Decreto nº 31.861/10 e, sobretudo, no art. 106 da LC nº 840/11, o Tribunal poderá considerar ilegal o referido dispositivo da IN 19/10, disto dando ciência à AGEFIS, bem assim oficiar à Secretaria de Obras que o pagamento da indenização de transporte deve guardar consonância com os termos do art. 106 da LC nº 840/11, não se admitindo o efeito indenizatório para dias em que não houve utilização de veículo próprio para execução de trabalhos externos.

#### 2.5.1.2. Causas e Efeitos

128. Tanto o Decreto nº 31.861/10 quanto a IN 19/10, cuja dicção se pretende estender à SO, estão em descompasso com a natureza da indenização de transporte e com o disposto no art. 106 da LC nº 840/11.

129. Nesse sentido, a aplicação dessas normas que, na essência, extrapola o poder regulamentar, enseja a materialização de prejuízo ao erário.

#### 2.5.1.3. Proposições

130. Sugere-se ao e. Tribunal:

I. alertar o Chefe do Poder Executivo, quanto à indenização de transporte, em face do disposto no art. 288 da LC nº 840/11, que:

a) o disposto no artigo 3º dos Decretos nºs 31.860/10 e 31.861/10 não guarda conformidade com o disposto no artigo 106 da LC nº 840/11;

b) há necessidade de padronizar a metodologia de cálculo da indenização de transporte, de modo a evitar parâmetros diferenciados entre as várias carreiras, como a estimativa da





*distância percorrida e o valor por quilômetro rodado;*

*II. considerar ilegal o art. 2º da IN nº 19/2010-AGEFIS, visto que houve excesso no uso do poder regulamentar e tendo em conta que o estabelecimento de período mínimo de 10 (dez) dias para percepção de indenização de atividades externas afronta o disposto no Decreto nº 31.861/10 e no art. 106 da LC nº 840/11;*

*III. determinar à Secretaria de Administração Pública que reveja no SIGRH a parametrização da rubrica 1775 (indenização de atividades externas), em relação à Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIS (empresa 034), de forma a retirar a possibilidade de pagamento integral da indenização de atividades externas por apenas 10 (dez) dias de tarefas externas, restituindo os parâmetros anteriormente vigentes;*

*IV. informar à Secretaria de Obras do DF que o pagamento da indenização de transporte deve guardar consonância com os termos do art. 106 da LC nº 840/11, não se admitindo o efeito indenizatório para dias em que não houve utilização de veículo próprio para execução de trabalhos externos;*

*V. dar conhecimento à Agência de Fiscalização do DF - AGEFIS, acerca do item II anterior; bem assim à Secretaria de Estado de Obras, da decisão a ser proferida.*

#### *2.5.1.4. Outros pontos.*

*131. Cite-se que o Processo nº 20262/2010, relativo à auditoria anterior, encontra-se na DIFIPE para análise. Adite-se também que, em virtude de desenvolvimento de outros trabalhos de fiscalização, a Auditora de Controle Externo, Maria do Socorro Gomes de Almeida, foi substituída pelo Auditor de Controle Externo, Renato Fabbrini Marsiglio.*

### *3. CONCLUSÃO*

*132. A par dos resultados apurados no decorrer dos trabalhos da presente Auditoria de Regularidade, levada a efeito na Secretaria de Obras - SO, a equipe designada conclui pela regularidade, com ressalva, tendo em vista algumas impropriedades detectadas, dos aspectos financeiros de concessões de aposentadorias e pensões, apreciadas à luz da Decisão nº 77/2007 e do cumprimento de decisões desta Corte, com recomendação posterior.*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

e-DOC 7D8E5171  
Proc 11160/2013

Fls.: 420  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

133. No respeitante ao pagamento em pecúnia de períodos de licenças-prêmio não gozadas e à concessão de abono de permanência, a equipe posiciona-se pela regularidade dos procedimentos adotados pela SO ante a consistência nos controles internos, apurada via auditoria de sistemas e análise documental.

134. Os controles para a verificação de acumulação de cargos, afiguram-se frágeis, cabendo a jurisdição implementar esforços com outros órgãos, para evitar irregularidade quanto ao tema.

135. No tocante à indenização de transporte, alguns problemas foram identificados. Em primeiro lugar, o art. 3º do Decreto nº 31.861/10 está em desconformidade com o art. 106 da LC nº 840/11.

136. Em segundo lugar, configura-se irregular o art. 2º da IN nº 19/2010-AGEFIS, pois o estabelecimento de período mínimo de 10 (dez) dias para percepção de indenização de atividades externas afronta a regulamentação prescrita pelo Decreto nº 31.861/10 e, ainda, pela LC 840/11.

137. Em terceiro lugar, a disparidade de metodologia de cálculo aplicável ao servidor público distrital, a exemplo do contido nos Decretos nºs 13.447/91, 31.848/10 e 31.861/10 deve ser evitada, com a uniformização dos cálculos e adequação à LC nº 840/11, cabendo alertar o Chefe do Poder Executivo para conhecimento e providências.

#### 4. PROPOSIÇÕES

138. Pelo exposto, sugere-se:

I. tomar conhecimento do presente relatório e dos documentos juntados aos autos às fls. 01/328;

II. ter por cumprido o item "II.a" da Decisão nº 2.282/2011 e as Decisões TCDF constantes do Quadro I (fls. 338 e 339), à exceção das que se referem a Gizelda de Almeida Braga e Gervásio Cardoso de Oliveira Filho;

III. ter por regulares:

a) os aspectos financeiros das concessões consideradas legais, para fins de registro, apreciadas à luz da Decisão TCDF nº 77/2007, constantes dos Quadros II e III (fls. 343/345);

b) os procedimentos de conversão em pecúnia de LPA dos servidores da jurisdição, constantes do Quadro V, fl. 348;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

e-DOC 7D8E5171  
Proc 11160/2013

Fls.: 421  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

*IV. determinar à Secretaria de Estado de Obras que adote, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências a seguir relacionadas:*

*a) em relação ao servidor Augusto Cesar de Sousa, matr. 168504-X, oficialar a Prefeitura de Águas Lindas de Goiás perquirindo acerca da exoneração do servidor do cargo de vigia, de forma a avaliar possível acúmulo de cargo públicos, em face do disposto no art. 48 da LC nº 840/11, dando conhecimento ao Tribunal dos resultados auferidos;*

*b) em relação à pensionista Elizabeth Fernandes dos Santos, matr. 92765-1, que acumula pensão civil temporária (Lei nº 3373/58) com remuneração de emprego público, instaurar processo administrativo, oportunizando à interessada, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, manifestar-se acerca da referida acumulação, considerando que, a teor do art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 3373/58 e jurisprudência desta Corte (v.g. Decisões 1327/07, 2825/06 e 5083/12), o exercício de emprego público permanente enseja a perda da condição de beneficiária da pensão. Informe, ainda, ao Tribunal as providências adotadas, inclusive quanto a eventual cancelamento do benefício e devolução dos valores recebidos indevidamente, consideradas, neste caso, a Decisão 6806/07 e a Súmula 79 - TCDF;*

*c) em relação à aposentadoria de Gervásio Cardoso de Oliveira Filho, matr. nº 7.927-8 (Processo nº 3.254/94), manter o acompanhamento disposto no item III da Decisão nº 4617/12, o que será objeto de verificação em futura auditoria;*

*d) em relação à aposentadoria de Gizelda de Almeida Braga, matr. nº 1400990-0 (Processo nº 410.006.256/07-GDF), tendo em conta o disposto no item II da Decisão nº 5.417/12-TCDF, dê cumprimento à medida contida no item "II.b" da Decisão nº 2.282/2011 no sentido de comprovar a regularidade do pagamento da "Vantagem Pessoal - AD - Lei nº 8.270/1991, art. 12, §5º)", inclusive com a demonstração do cálculo do valor lançado no abono provisório, ou excluí-la do Abono Provisório e do pagamento dos proventos, assegurando à interessada o contraditório e a ampla defesa, cujo*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

e-DOC 7D8E5171  
Proc 11160/2013

Fls.: 422  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

*cumprimento será objeto de verificação em auditoria;*

*e) em relação ao servidor Pedro Gonçalves Rosa, matr. 13091-5:*

*e.1) tendo em conta que o inativo vem acumulando proventos do GDF com proventos do cargo de motorista, exercido no Município de Goiânia (aposentadoria concedida pelo Decreto nº 342, de 01/02/12, publicado no Diário Oficial do Município de 03/02/12), observar o que vier a ser decidido no Processo nº 19.075/2009-TCDF, quanto à acumulação de proventos de aposentadorias de sistemas previdenciários distintos, o que será objeto de verificação em futura auditoria; e,*

*e.2) notificar a Prefeitura de Goiânia acerca da existência de aposentadoria distrital já julgada legal pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, em sua 1658ª Sessão Ordinária, realizada em 29/06/78, o que será objeto de verificação em futura auditoria;*

*V. determinar, ainda, à Secretaria de Obras, que:*

*a) observe o deslinde da ADI 2012.00.2.023636-5 ajuizada no TJDF e adequue, após o trânsito em julgado da ação, os valores das parcelas de décimos (VPNI - Lei nº 4.584/2011) dos servidores relacionados no Quadro IV (fl. 346), bem como das situações análogas;*

*b) acompanhe a reposição ao erário realizada pelas pensionistas Adesilei Edimaria de Oliveira, matr. 38.829-7 e Creuza Maria de Oliveira, matr. 38.828-9, em face do valor pago a maior após o óbito de Armelinda Florinda de Oliveira, matr. 38.677-4, o que será objeto de verificação em futura auditoria;*

*c) obtenha, anualmente, as declarações dos servidores que acumulam cargos e empregos públicos, comprovando a compatibilidade de horários (artigo 46, § 3º, da LC nº 840/2011);*

*d) empreenda esforços para integração de informações com outros órgãos, inclusive de outras esferas, a fim de evitar a acumulação irregular de vencimentos ou estipêndios pensionais/de aposentadoria, seja pela ocupação de cargos inacumuláveis ou pela incompatibilidade de horários; e,*

*e) verifique, periodicamente, nos casos das filhas maiores solteiras, se estão mantidas as*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

e-DOC 7D8E5171  
Proc 11160/2013

Fls.: 423  
Proc.:  
11160/13

Rubrica

*condições para a percepção da pensão temporária de que trata a Lei nº 3.373/58, observando o disposto na Decisão TCDF nº 1327/07;*

*VI. dar conhecimento ao titular da Secretaria de Estado de Obras do DF quanto à demora na definição do Regimento Interno da estrutura administrativa estabelecida pelo Decreto nº 33.253/2011 e que, em relação à pensão instituída por José Pereira de Oliveira (Processo nº 5.448/93), o ressarcimento integral dos valores devidos será objeto de verificação em futura auditoria;*

*VII. alertar o Chefe do Poder Executivo, quanto à indenização de transporte, em face do disposto no art. 288 da LC nº 840/11, que:*

*a) o disposto no artigo 3º dos Decretos nºs 31.860/10 e 31.861/10 não guarda conformidade com o disposto no artigo 106 da LC nº 840/11;*

*b) há necessidade de padronizar a metodologia de cálculo da indenização de transporte, de modo a evitar parâmetros diferenciados entre as várias carreiras, como a estimativa da distância percorrida e o valor por quilômetro rodado;*

*VIII. considerar ilegal o art. 2º da IN nº 19/2010-AGEFIS, considerando que houve excesso no uso do poder regulamentar e tendo em conta que o estabelecimento de período mínimo de 10(dez) dias para percepção de indenização de atividades externas afronta o disposto no Decreto nº 31.861/10 e no art. 106 da LC 840/11;*

*IX. determinar à Secretaria de Administração Pública que reveja no SIGRH a parametrização da rubrica 1775 (indenização de atividades externas), em relação à Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIS (empresa 034), de forma a retirar a possibilidade de pagamento integral da indenização de atividades externas por apenas 10 (dez) dias de tarefas externas, restituindo os parâmetros anteriormente vigentes;*

*X. informar à Secretaria de Obras do DF que o pagamento da indenização de transporte deve guardar consonância com os termos do art. 106 da LC nº 840/11, não se admitindo o efeito indenizatório para dias em que não houve utilização de veículo próprio para execução de trabalhos externos;*



*XI. dar conhecimento à Agência de Fiscalização do DF (AGEFIS), acerca do item VIII anterior;*

*XII. autorizar a remessa de cópia do Relatório de Auditoria à Secretaria de Estado de Obras do DF e ao Chefe do Poder Executivo, para subsidiar a adoção de providências quanto às falhas e impropriedades verificadas."*

**Em parecer parcialmente divergente, o Ministério Público de Contas alinhou os seguintes argumentos:**

*"4. Os autos vieram, assim, ao Ministério Público, que, de antemão, registra que tem sido prática comum em processos da espécie, antes da apreciação definitiva pela Corte, remeter ao órgão auditado cópia do relatório de fiscalização submetido a julgamento preliminar, para o fim previsto no art. 41, § 2º, da Lei Complementar nº 1/94, de seguinte teor: "O Tribunal comunicará às autoridades competentes o resultado das inspeções e auditorias que realizar, para as medidas saneadoras das impropriedades e faltas identificadas".*

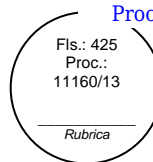
*5. Assim, dada a praxe dominante acima informada e, especialmente, em face das considerações erguidas quanto à indenização de transporte/atividades externas, objeto dos itens VII a XI das sugestões do relatório, entende-se que, previamente ao exame de mérito respeitante às conclusões da equipe de auditoria, deva o Tribunal possibilitar à SO que apresente esclarecimento e justificativa ou indique eventuais providências adotadas com relação aos fatos apontados, com fundamento no sobredito preceito da LOTCDF. Oportuno, ainda, que também se faculte à AGEFIS e à Secretaria de Administração Pública manifestarem-se a respeito dos pontos que lhe dizem respeito, consubstanciados nos itens VIII, IX e XI das aludidas sugestões.*

*6. Ante o exposto, opina o Ministério Público pela prévia adoção das providências acima delineadas."*

**É o relatório.**

## **VOTO**

*Como bem assinalou o Órgão Ministerial, "tem sido prática comum em processos da espécie, antes da apreciação definitiva pela Corte, remeter ao órgão auditado cópia do relatório de fiscalização submetido a julgamento preliminar, para o fim previsto no art. 41, § 2º, da Lei Complementar nº 1/94, de*



*seguinte teor: O Tribunal comunicará às autoridades competentes o resultado das inspeções e auditorias que realizar, para as medidas saneadoras das impropriedades e faltas identificadas”.*

Se esta é a realidade, tenho por procedente o entendimento do *Parquet* especial quando pugna por que seja franqueada à **Secretaria de Estado de Obras** a possibilidade de apresentar esclarecimentos e justificativas ou indicar eventuais providências com relação aos fatos apontados no relatório de auditoria ora apreciado, providência que deve ser estendida à **AGEFIS**, à **Secretaria de Estado de Administração Pública** e ao **órgão de apoio jurídico do Chefe do Executivo local**, no referente aos pontos que lhes dizem respeito.

Destarte, considerando os termos da instrução e do parecer ministerial, **VOTO** no sentido de que o e. Plenário:

I - tome conhecimento:

- a) do relatório de fls. 330/37 e das sugestões alinhadas nos seus parágrafos 27, 42, 74, 130 e 138, sobre as quais este Tribunal emitirá definitivo juízo em posterior fase processual;
- b) dos documentos juntados às fls. 01/328;

II - autorize:

- a) a remessa de cópia do mencionado relatório ao órgão de apoio jurídico do Senhor Governador do Distrito Federal, às Secretarias de Estado de Obras e de Administração Pública, bem como à Agência de Fiscalização do Distrito Federal para que, previamente, manifestem-se sobre os assuntos agitados no relatório em tela, que lhes dizem respeito, fixando, para tanto, o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento da diligência;
- b) a devolução destes autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para os devidos fins.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 2013.

**ANTONIO RENATO ALVES RAINHA**  
Conselheiro-Relator